



Texto Base para Organizar a discussão da Etapa Local

12º Congresso SindSaúdeSP

Nada é por acaso. Fizemos agora um bom debate sobre nossas condições e local de trabalho. Mas, precisamos entender a origem desses problemas que nos acompanham diariamente. Nossas unidades de saúde são, de alguma forma, reflexo do que é nossa sociedade.

O SindSaúde abre nas Etapas Locais como esta seu 12º Congresso, e esse é o momento para pensarmos como podemos fortalecer nossa luta por melhores salários e condições de trabalho, mas também para pensar como dar alguma perspectiva positiva para o Estado de São Paulo e para o Brasil. Especialmente em um momento tão crítico.

1. Defesa do Sistema Público:

O orçamento público utilizado para saúde, educação, previdência e políticas sociais são vistos como gastos e não como investimento. Ignora-se a função de distribuição de renda e inclusão social que há por traz das políticas sociais.

Fies tem redução de R\$ 14,4 bilhões em 2015 para R\$ 9,4 bilhões em 2017

Luz para Todos sai de R\$ 185,8 milhões em 2015 para R\$ 44,3 milhões em 2017.

Farmácia popular sai de R\$ 2,2 bilhões em 2015 para R\$ 1,6 bilhão em 2017.

Bolsa família sai de R\$ 26,3 bilhões em 2015 para 18,5 bilhões em 2017.

Minha Casa Minha Vida de R\$ 20,7 bilhões em 2015 para 1,8 bilhão em 2017.

Fonte de acesso: Valor Econômico ([link](#)) Fonte dos dados: Congresso Nacional, Ministério da Fazenda.

Governo Temer tem 25 projetos de privatizações, são eles: Aeroportos, Ferrovias, Rodovias, Portos, Usinas Hidrelétricas, Distribuidoras de Energia, Campos de Petróleo, Empresas de Saneamento, a parte da Caixa Econômica Federal.

2. O SUS e nós, trabalhadores.

Por conta da EC 95 (antiga PEC 241), há contínua previsão de cortes para os investimentos públicos em Saúde. Para 2018 o corte estimado é de 14%. O orçamento de R\$ 18,7 bilhões aprovado para 2017 passará a R\$ 16,1 bilhões em 2018.

No Estado de São Paulo, o governo federal reduziu em 22% a disponibilidade de recursos para a Saúde entre 2015 e 2017, saindo de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 3,7 bi.

Hoje, temos cerca de 250 mil trabalhadores atuando na Saúde em São Paulo, destes quase 50% já são terceirizados (120 mil). Somente um quinto são servidores públicos da administração direta (50 mil trabalhadores), e 16% são empregados por OSSs (organizações sociais de saúde).

Entre março de 2016 e maio de 2017, baixamos de 53 269 para 50 581 servidores públicos, uma perda de 7% em apenas um ano. A faixa etária de 65% do funcionalismo da saúde está entre 45 e 65 anos.

O próprio governo do Estado afirma haver um déficit de 287 mil trabalhadores. Somente na Saúde são 66 mil. Desse total, 55.913 são somente para a Secretaria Estadual de Saúde (SES), em carreiras como técnico de enfermagem (15.858), auxiliar de saúde (11.233) e médico I (8.890).

A Superintendência de Controle de Endemias (Sucen-SP) apresenta uma necessidade de 1.162 funcionários, enquanto o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo tem 1.852 cargos vagos. Também há defasagem em outros hospitais universitários, como o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (1.698), Botucatu (563) e Marília (3.703)

A relação de cargos preenchidos e vagos da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo afirma haver 113 459 cargos efetivos, mas estão vagos 56136 cargos.

Mas o último concurso planejado pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado, foi anunciado em junho de 2016, e autoriza somente a criação de 6,7 mil vagas, e nem saiu da previsão.

Hoje sabemos que existem 22 OSSs, que administram 90 equipamentos. Mas já pudemos mapear mais de 100 contratos assinados entre OSSs e a Secretaria de Saúde de SP.

Entre 2015 e 2016 houve um aumento de 16% do orçamento da Secretaria Estadual de Saúde de SP disponível para as OSSs. Elas já ocupam 22,67% do orçamento total da Saúde em SP.

3. Políticas Permanentes.

Homofobia

De acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2014, foram documentados 326 assassinatos de gays, transgêneros e lésbicas, um aumento de 4,1 % em relação a 2013, quando foram registrados 313 assassinatos. Em um quadro mais abrangente, os números mostram que 50% dos assassinatos de transexuais e travestis registrados em todo o mundo aconteceram no Brasil. Só em janeiro de 2013 foram assassinados 42 LGBTs, uma média de uma morte a cada 18 horas.

Racismo

De acordo com a Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o número de denúncias de racismo dobrou nos últimos anos. Em 2011, a

ouvidoria do órgão recebeu 219 denúncias. Em 2012, esse número pulou para 413 e, em 2013, chegou a 425, praticamente o dobro dos registros de 2011.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, um trabalhador negro no Brasil ganha, em média, pouco mais da metade (57,4%) do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca. Em termos numéricos, estamos falando de uma média salarial de R\$ 1.374,79 para os trabalhadores negros, enquanto a média dos trabalhadores brancos ganham R\$ 2.396,74.

Mulheres

De 1996 a 2010 foram contabilizados 4,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil no 7º lugar no ranking de países nesse tipo de crime.

Em 2014, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 realizou 485.105 atendimentos (média de 40.425 atendimentos ao mês e 1.348 ao dia). Desde a criação do serviço em 2005, foram mais de 4 milhões de atendimentos. Em comparação a 2013, o serviço registrou um aumento de 50% nas ocorrências denunciadas de cárcere privado, média de 2,5 registros/dia.

Os estupros denunciados tiveram um aumento de 18%, média de três denúncias/dia. A violência sexual (estupros, assédios e exploração sexual) cresceu 20% em 2014, uma média de quatro registros/dia. A grande maioria das mulheres relata violências praticadas por homens (companheiros, cônjuges, namorados, amantes) com os quais mantêm ou mantiveram algum vínculo afetivo (82,53%). As denúncias restantes estão relacionadas a relações familiares (11,20%), relações externas (5,93%) e homoafetivas (0,34%).

4. Qual o nosso papel para o Sindicato que queremos?

Diante de um momento tão delicado e confuso da humanidade, com o país em sua maior crise política da história, qual é o nosso papel nessa história?

O sindicato pode lutar por melhores condições de trabalho, mas também por modo de vida que resulte em cidades melhores, e em um país mais justo econômica e socialmente?

A política pode ser reconquistada de nós nos unirmos em torno de interesses comuns?

O que precisamos fazer para nos organizarmos melhor frente a tantos desafios?

